

-----ACTA N.º 224-----

----- Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e treze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1. Período de antes da Ordem do Dia-----

1.1 Comunicação escrita do Presidente da Câmara-----

1.2 Correspondência-----

1.3 Relatório de Revisão Limitada-----

1.4 Acta n.º 223, de 21 de junho de 2013-----

1.5 Intervenções-----

2. Período da Ordem do Dia-----

2.1 3ª Revisão Orçamental-----

3. Período Destinado ao Público-----

----- Eram cerca das dezassete horas e quinze minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

1. Albino Tavares de Pinho -----
2. Alexandre Fernandes Tavares -----
3. Alexandre Paulo Tavares Machado -----
4. Álvaro Pinho Duarte -----
5. Belmiro Manuel Marques -----
6. Carlos Alexandre Arede da Silva -----
7. Cipriano de Arede Nogueira -----
8. Cláudia Maria Rodrigues da Silva -----
9. Claudino da Fonseca Soares -----
10. David Dias Cabral -----
11. David da Silva Alves -----
12. Ercília Maria Marques Pedro -----
13. Fernando da Silva Oliveira -----
14. Harolde Soares da Silva Balaias -----
15. João Pereira Henriques -----
16. José Carlos Ribeiro de Sousa -----
17. José Luís da Silva e Almeida -----
18. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
19. Júlio Martins Fernandes -----
20. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
21. Mário Coutinho Martins -----
22. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----
23. Renata Liliana da Costa Marques -----
24. Rui Manuel Jesus Nunes -----
25. Rui Manuel Pires da Silva -----
26. Sandra Henriques da Silva -----

----- Faltaram à sessão António da Silva Portela, Isabel Maria Soares dos Santos, Joana Patrícia da Silva Rodrigues e Marco Nuno Tavares Rocha.-----

----- Foi comunicado que o Presidente da Câmara Municipal não poderia estar presente e representar a Câmara nesta sessão, por se encontrar na cerimónia de inauguração do campo experimental de mirtilos, pelo que se fez representar pelo vice-presidente. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte, Maria Elisabete Martins Henriques e Acácio Rodrigues Barbosa, Vereadores.-----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**1 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

1.1 Comunicação Escrita do Presidente da Câmara: Foi apresentado o documento e dada a palavra ao vice-Presidente da Câmara que deu uma explicação relativamente ao conteúdo do mesmo, prontificando-se a prestar qualquer esclarecimento adicional caso os membros presentes formulassem questões sobre a informação exarada no documento oportunamente disponibilizado.-----

Não havendo questões colocadas, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

1.2 Correspondência:-----

1.3 Relatório de Revisão Limitada: - O órgão deliberativo tomou conhecimento do conteúdo do Relatório de Revisão Limitada elaborado pelo auditor externo.-----

1.4 Acta n.º 223, de 21 de junho de 2013: - Foi submetida à apreciação a acta da sessão anterior que foi, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, tendo ficado dispensada a sua leitura.-----

----- Depois de colocada a acta da sessão anterior à apreciação a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção de Rui Manuel Jesus Nunes.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo por ordem de inscrição.-----

----- Após a anotação de todas as inscrições, passou-se ao período das intervenções.-----

1.5 Intervenções:-----

A primeira intervenção foi a de **Ercília Maria Marques Pedro**, que começou por dizer que, estando de saída, há, de facto, um tempo para todas as coisas: para semear e para colher, para guardar e lançar fora, tempo de derrubar e edificar. Disse que, decorridos quatro anos, olhamos para trás e ficamos com a sensação de pouco mais que um momento passou, defenderam-se ideias, causas, criticou-se, aceitou-se críticas, conheceram-se melhor, estreitaram-se relações, foram eles próprios e deram o que lhes foi possível dar. Afirmou que, apesar de alguns episódios mais acesos, o saldo é positivo, fundamentalmente porque, com aquela caminhada política, aprende-se e cresce-se. Disse despedir-se de todos apenas na qualidade de deputada da Assembleia Municipal, porque vai continuar a encontrar-se com todos noutros lugares e quis aproveitar para deixar uma mensagem que não é de todo nem um discurso político, nem palavras sem sentido, porque o sentido das coisas, quer seja da vida, quer seja das palavras, somos nós que o damos. Dizem que, na política, vale tudo e, infelizmente, assistimos a este espetáculo todos os dias. Em vez de se fazer política, impera a politiquice. Apagar a estrela dos outros não faz a nossa brilhar mais. Carácter e respeito não dizemos que temos – mostramos com atitudes. Hoje em dia, as pessoas esforçam-se para serem conhecidas, para terem protagonismo. Mas, o importante mesmo é esforçarmo-nos para sermos alguém que valha a pena conhecer pelos nossos valores e por aquilo que somos todos os dias. É verdade que, muitas vezes, precisamos de um púlpito para falar, mas como assumiremos o púlpito, se a nossa vida não está de acordo com o que falamos nesse local? Sejamos verdadeiramente grandes ao sermos verdadeiros e autênticos.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira**, tendo dito que, a intervenção que fazia hoje não era aquela que gostaria de fazer. Disse que seria um excelente sinal para os severenses que pudesse vir ali dizer que viver e trabalhar em Sever do Vouga era um mar de rosas, com um desenvolvimento económico elevado, condições de vida extraordinárias, etc. Mas, infelizmente, essa não era a realidade. Disse que, como todos sabem, com o fim deste mandato autárquico termina-se um ciclo de governação no concelho. Vinte e quatro anos com as mesmas pessoas a governar os 129,9km² que compõem o nosso município. E muito se passou nestes quase nove mil dias de governação. Referiu que, desde logo, viu-se a população diminuir, entre 1991 e 2011, mais de 5%, o que faz deste concelho um dos que mais habitantes perdeu nos últimos vinte anos, se comparado com aqueles que nos são vizinhos. E disse referir-se apenas aos

concelhos que nos são próximos, pois era com esses que nos devemos comparar e não com os do Alentejo ou do interior profundo, como sejam Sabugal, Vila Flor ou Constância. Assim, passou-se de uma população de quase catorze mil habitantes, para pouco mais de doze mil. Isto quer dizer que existe pouca capacidade de fixação das pessoas no nosso território, ao contrário de, por exemplo, em Albergaria-a-Velha, que viu crescer a sua população em mais de 3%, ou Oliveira de Frades, que apenas diminuiu 2%. Referiu que, outro indicador preocupante, e que mede a qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento de um território, era a percentagem de população servida por sistemas públicos de abastecimento de água e por sistemas de drenagem de águas residuais. Neste capítulo era preocupante a situação de Sever do Vouga. Os últimos dados disponíveis datam de 2009, e, nesse ano, apenas 58% da população era servida por um sistema público de abastecimento de água, enquanto na região de Aveiro, composta pelos onze concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal, a taxa de cobertura era de 98%. Em termos de sistemas de drenagem de águas residuais a situação era ainda pior. Apenas 32% da população era servida por esses sistemas. Na região de Aveiro o valor era de 83%. Num período em que os fundos comunitários dispunham de verbas avultadas, de muitos mil milhões, para estes investimentos, a opção da autarquia de Sever do Vouga foi outra. Agora que as verbas são mais exíguas, foi entregue à AdRA a responsabilidade de realizar estes investimentos, descartando-se o fardo. Apontou outro indicador importante de analisar, que era o Índice de Poder de Compra Concelhio, elaborado pelo INE e que caracteriza os trezentos e oito municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de dezassete indicadores. De acordo com os últimos dados disponíveis, Sever do Vouga apresentava um índice per-capita de poder de compra correspondente a 65,81% do valor registado em Portugal: Albergaria-a-Velha - 73,12%; Oliveira de Frades - 76,13%; Vale de Cambra - 76,34%; Águeda - 77,96%. Mais uma vez somos o concelho, de entre os que nos fazem fronteira, que apresenta um índice de poder de compra dos seus habitantes mais baixo. Referiu que, o último indicador que gostaria de apresentar era um que considera de enorme importância e que reflete a capacidade de um concelho projetar o seu futuro. Disse referir-se ao número de empregos existentes. Neste ponto, Sever do Vouga, desde 1981 até 2011, viu serem destruídos quase mil empregos, ou seja 16% da sua força laboral. Isto quer dizer que em 2011 apenas existiam 5025 empregos no nosso concelho. Considera que, todos os números ali apresentados são o retrato do que é o nosso concelho e a sua evolução nos últimos vinte e cinco anos. Durante este período tivemos à nossa disposição quatro quadros comunitários de apoios, em que os escudos e os euros colocados à disposição dos municípios foram avultados. Todos, de uma forma geral, aproveitaram para fazer investimentos como estradas, centros de arte e de espetáculos, bibliotecas, centros de camionagem, piscinas, pavilhões desportivos, parques urbanos, etc. Ou seja, aquilo que temos hoje em Sever do Vouga, em termos de infraestruturas, é semelhante ao que todos os municípios por esse país têm. No entanto, uns cresceram, desenvolveram-se, viram o seu tecido empresarial aumentar, população a crescer, condições de vida a melhorar. Outros não. E agora que se aproxima um novo quadro de fundos comunitários, em que os recursos irão ser canalizados para outras vertentes menos infraestruturais, ter-se-á de ser muito mais criativo e arrojado para conseguir captar esses fundos. Até porque, resultado dos indicadores que acabava de apresentar, a CCDR Centro colocou-nos, no seu diagnóstico à região, documento base para o próximo período de fundos comunitários, como o pior concelho da região de Aveiro em termos de atratividade. Portanto, os desafios para o futuro são muitos. Por isso, terminou aquele ponto voltando às suas primeiras palavras, dizendo que esta não era a intervenção que gostaria de fazer, mas sim a precisamente oposta, apresentando dados e indicadores que colocassem Sever do Vouga no topo dos concelhos mais desenvolvidos e não no fundo da cauda dos municípios com piores índices de desenvolvimento. Para terminar a sua intervenção, e como esta é a última assembleia municipal deste mandato, disse que foi, para si, uma experiência gratificante e enriquecedora ter pertencido a esta assembleia, na qual tentou sempre ter uma atitude positiva e construtiva, pois só assim, no seu entender, se pode contribuir para um melhor concelho.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao vice-presidente, **António José Martins Coutinho**, tendo referido que não concordava com a opinião transmitida, porque há outros dados estatísticos que comprovam o contrário, designadamente noutras áreas de relevo, relacionadas com o bem-estar e conforto das populações, resultantes do trabalho realizado pelo executivo ao longo destes anos. Os dados estatísticos são importantes, mas a análise pode ser desvirtuada em função do conjunto de dados analisados. Outros demonstram termos um concelho bom para se viver. -----

Depois, foi dada a palavra a **Carlos Alexandre Arede da Silva**, que fez um balanço do mandato que está próximo do seu fim, referindo que guardará os aspetos negativos que aconteceram ao longo desse período e recordará o apoio dado pelo executivo e pelo diretor de departamento, no aconselhamento técnico prestado nalguns processos daquela Junta de Freguesia. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **Álvaro Pinho Duarte**, que referiu ter apresentado várias situações ao longo destes quatro anos e a maioria continuava como estava e os projetos por realizar. Recordou o conjunto de situações apresentadas e que constam nas actas das sessões anteriores. Aproveitou este momento para dizer que era merecida uma homenagem aos bombeiros que, superando inúmeras dificuldades, conseguiram que os incêndios não atingissem proporções mais devastadoras do que aquelas que ocorreram noutros locais. O seu trabalho foi exemplar no combate rápido aos inúmeros focos que deflagraram neste verão, especialmente, em Carrazedo e Seixo, nas freguesias de Cedrim e Talhadas. -----

Após esta intervenção foi dada a palavra ao vice-presidente, **António José Martins Coutinho**, tendo referido que o executivo não efetuou mais investimentos, alguns considerados prementes, devido aos vários constrangimentos feitos pelas normas publicadas e que impediram o lançamento de diversas empreitadas. Contudo, tais sugestões foram acolhidas e anotadas para esses projetos ou ações serem realizados quando a autarquia tiver os fundos disponíveis necessários, haja cabimento orçamental e não se repercutem no endividamento, que é muito reduzido e não se pode aumentar como determina a lei do Orçamento de Estado. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, **José Manuel Barbosa de Almeida e Costa**, fez uso da palavra para dizer que, viveu neste hemiciclo municipal um misto de sensações – de amargura, alegria, tristeza, revolta e até de raiva. Disse ter convivido com muitos membros de quem julga ter ficado amigo e aos quais deve uma palavra de agradecimento pelo respeito e simpatia com que sempre lidaram. Disse ter as melhores recordações de todos e muito respeitosamente os saúda. Nesta Assembleia fez amizades com membros de todas as sensibilidades políticas e partidárias. Sempre respeitou a personalidade de todos os membros, sem ligar a cores partidárias e mesmo quando o calor da discussão aumentava, se por qualquer motivo ofendeu algum membro desta Assembleia, desde já apresentou as suas sentidas desculpas. Disse ter sempre procurado exercer os seus mandatos com seriedade e respeito por todos e agradeceu todo o respeito que sempre tiveram para consigo ou para com o Presidente da Assembleia Municipal. Participou-se na orientação e condução dos destinos de Sever do Vouga de forma civilizada e empenhada, demonstrando claramente uma saudável e experiente cultura política, um saber estar e uma vontade de querer mais e melhor para o nosso concelho. Disse que, independentemente do partido que cada um representou, dirá, em abono da verdade, ser de enaltecer a forma como todos coabitaram nesta Assembleia.-----

A próxima intervenção coube a **José Luís da Silva e Almeida**, que começou por dizer que o seu discurso mais não pretende que lembrar que os dois últimos anos foram os mais difíceis, deste início de século, para o nosso país. Disse sentirem todos na pele, não só o que lhes foi tirado no final de cada mês mas também no que passaram a ter de pagar a mais ou mais caro, ou porque aumentou o IVA ou porque passou a ser pago. Referiu, por exemplo o uso de uma auto-estrada, de um serviço de saúde, de um hospital ou, por exemplo, na factura da luz. Disse refletir-se na diminuição da atividade económica do país e contribuir para baixar o PIB e para aumentar a emigração, aliás fortemente fomentada pelo governo central, e uma das principais causas da diminuição dos residentes neste país. Este dado é relevante para explicar o que aqui foi dito, pela oposição concelhia, mas não explicado. Como se sabe, a diminuição da população é geral e nem os concelhos do litoral

escapam. E o aumento das exportações também contribui pois, cada vez que se exporta tem de se mandar gente para acompanhar as mercadorias no local de receção. Mas, a desvalorização sistemática do valor do trabalho nos factores de produção levada a cabo pelo governo é, para si, a sua pior imagem de marca, fazendo com que muitos abandonem o nosso país. Aumentar: a carga fiscal, os dias de trabalho, o número de horas trabalhadas, os impostos sobre os rendimentos do trabalho, em resumo diminuir ordenados; são opções ideológicas e não uma inevitabilidade que nos caiu em cima. A teoria do aumento da competitividade através de baixos salários é desmentida todas as semanas; entre outros, pela Dr.^a Manuela Ferreira Leite, pessoa reconhecida pela sua opinião fundamentada e não alinhada. Disse que, a opção por aquela política é levada a cabo por gente que, antes de assumir responsabilidades, tudo sabia e tudo resolvia. Eram as gorduras, os consumos intermédios, etc. Agora são as reformas, os vencimentos e o número de funcionários. Fazendo um aparte, fala-se em despedir pessoas como se de uma mercadoria ou produto que se deita fora se tratasse, isto choca-o. Na organização privada a que pertence, nunca viu a administração tomar uma decisão de despedir, com a frieza e o desprendimento do Sr. Secretário de Estado Hélder Rosalino. Sr. Secretário de Estado, são pessoas não objectos. Aliás, no contexto difícil que se atravessa, algumas das empresas do nosso concelho estão a conseguir vender o nosso engenho e arte por esse mundo fora, por sua conta e risco, para não ter de despedir e a sua função social não é a mesma da do Estado. A experiência da vida é que nos dá a capacidade de enfrentar e vencer os desafios, é diferente trabalhar num ambiente protegido ou num sítio em que todos os meses se tem de assumir responsabilidades, para com quem nos acompanha e respectivas famílias, já disse e repito. Isto vem a propósito do nosso concelho, quando se ouve alguma oposição é tudo fácil, têm solução para tudo, só que olhamos à nossa volta e os que mais falam que experiências têm que, possam atestar as suas competências? É que também conhecemos concelhos vizinhos, a maioria numa situação financeira gravosa, em nada comparável á do nosso. Não esquecemos que já ouvimos facilidades e soluções na campanha para o governo da Republica e os resultados estão à vista de todos. E ninguém está no poder por obrigação, estão porque querem e forçaram, criando uma crise política e interrompendo uma legislatura, o resto, são desculpas. Como já o afirmou várias vezes nesta assembleia, a intervenção política é uma atividade nobre mas á qual não pode dispensar muito tempo e não pode terminar este mandato sem prestar uma singela homenagem aos Bombeiros concelhios, já agora a todos de Portugal, pelo seu empenho e trabalho na defesa de bens e vidas. Bem hajam. Agradeceu, ainda, a todas as coletividades, serviços e instituições que o convidaram, ao longo destes anos, para as suas atividades. Não foi a muitas, mas sabe reconhecer o mérito de quem, quase sempre de uma forma voluntária, dá o seu tempo em prol da comunidade. Bem hajam. Agradeceu a atenção e relembrará para sempre que, apesar das suas diferenças, grande parte das decisões que ali se aprovou, foram tomadas com o consenso de todas as bancadas. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Rui Manuel Pires da Silva**, que começou por dizer que partilhava e defendia a proposta de homenagear os bombeiros voluntários pelo excelente trabalho realizado neste verão, para impedir que fosse pior a área florestal afetada pelo flagelo dos incêndios e, sem descurar, transmitir um voto de apoio neste momento difícil às famílias que perderam entes queridos no combate aos incêndios que deflagraram neste país. Mais referiu que, apesar de entrar muito novo para este órgão municipal, julgava ter ajudado a apresentar alguns projetos e defender algumas ações. O trabalho feito no exercício das suas funções proporcionou-lhe a aprendizagem, aspeto que considerou importante, pese embora estar apenas ao serviço daqueles que votaram na lista onde estava inserido. Como membro da Comissão Municipal de Segurança disse que deveria ter reunido mais vezes, visto tratar-se de uma área importante e sensível que merecia uma atenção redobrada. -----

Depois de concluídas as intervenções registadas no “período de antes da ordem do dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 2 – Ordem do Dia -----

2.1 – 3ª Revisão Orçamental: - Prestados alguns esclarecimentos sobre as principais modificações realizadas aos documentos previsionais deste ano económico, compreendidas no documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, integrando a 3ª

Revisão Orçamental de 2013, que compreende a 8ª Revisão do Orçamento de Receita e de Despesa com um reforço de 1.040.000,00€ (um milhão e quarenta mil euros). Este documento foi aprovado, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor.-----

-----**3 - Período Destinado ao Público**-----

Não houve intervenção do público.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

